Ficções lésbicas: ponto de vista e contingências¹

Laura A. Arnés *

Tradução de Vitor da Costa Borysow **

Primeira aproximação: a proposta

*Una mirada desde la alcantarilla puede ser una visión del mundo.*²

Alejandra Pirzarnik, Árbol de Diana

Ainda que desde meados do século XX as práticas e os discursos sobre a sexualidade venham adquirindo, progressivamente, certa centralidade, esta pesquisa surgiu principalmente do reconhecimento de uma ausência. Apesar de serem constitutivas do (con)texto social – inclusive quando aparentam se manter como o exterior ou o excluído do discurso³ –, o que vou chamar de “ficções lésbicas” parece não ter provocado maior interesse para a crítica cultural e, mais especificamente, para a crítica literária argentina. De fato, no campo da literatura argentina do século XX ocorre também o que Terry Castle nota ao ler as representações lésbicas no cinema norte-americano:

Quando se trata de lésbicas [...] muitos têm problemas para ver o que está a sua frente. A lésbica se mantém como um tipo de “efeito fantasmagórico” [...], elusiva, vaporosa, difícil de localizar – inclusive quando está aí, à plena vista, mortal e magnífica, no centro da tela [...]. A lésbica nunca está conosco, parece, senão sempre em outro lugar: nas sombras, nas margens, oculta da história, fora da vista, fora da mente, uma vagabunda no entardecer, uma alma perdida, um erro trágico, uma pálida habitante da noite [...] (quase nunca foi tão acessível como seu irmão gêmeo, o homossexual masculino). O que nunca esperamos é [...] encontrá-la no centro das coisas [...]. Ajustar o foco [...] não é uma tarefa simples. (CASTLE, 1993, p. 2-3)⁴

* Professora doutora do curso de Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA), e do mestrado em gênero da Universidade Nacional de Três de Fevereiro (UNTREF), Buenos Aires, Argentina. Pesquisadora do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UBA e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Colaboradora do Suplemento “Soy” do jornal Página12. Coeditora do Projeto NUM; Contato: laura_arnes@hotmail.com

** Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é assessor de imprensa da Fundação Athos Bulcão. Contato: vitorsow@gmail.com

Efetivamente, não é tarefa simples, mas vale o esforço. Porque as ficções lésbicas, essas narrativas dispersas e intermitentes que – como veremos – muitas vezes adquirem sua forma em uma aparente falta, não somente parecem produtivas e suscetíveis ao olhar crítico, como também oferecem mecanismos retóricos e estéticos marcados por sentidos políticos, históricos e culturais.

Este livro, como consequência, busca dar forma a certas ausências; contribuir à manifestação daquilo que permaneceu oculto e que, mesmo hoje, revela em seus modos de aparição as dificuldades que se supõe para o lésbico fazer-se presente. Entretanto, ele não pretende se resguardar em leituras tautológicas nem denunciar heterossexualismos: procura dar conta das formas e significações que se estabelecem na relação em e entre os textos do *corpus*. Em outras palavras, procura aproximar uma leitura sobre as particularidades da aparição lésbica ou, melhor dito, das políticas de sua aparição; busca ler o momento em que a *lésbica* se converte em imagem ou em imaginação⁵.

Os textos e as leituras que traçam esse itinerário problematizam os modos como a literatura argentina posterior a 1950 (data que marca, sem limitar, a emergência progressiva do que chamo “ficções lésbicas”) propõe construções do lésbico. No entanto, não constitui um objetivo seguir uma ordem histórica estrita ou linear dessas representações. Dessa forma, ainda que, efetivamente, circunscreva-me a um período que começa com a inscrição, fortemente política, da voz *lésbica* e termina em um momento (o século XXI) do qual se avista a necessidade de uma mudança de paradigma crítico para ler estas ficções, os percursos não serão lineares, haverá saltos e contatos, talvez inesperados. De algum modo, inclusive, poderia se pensar que essa decisão – esse gesto – emula este outro inscrito pelas paixões lésbicas: escapar ao cronológico, imprimir outras intensidades ligadas ao desejo, inventar possibilidades para se mover com e através do tempo, para encontrar passados e especular futuros e, no exato ponto em que os tempos se tocam, descobrir sentidos (de) presentes.

Há alguns anos, María Moreno escrevia muito acertadamente: “Na cultura se entra louca e morta ou como O Homem” (MORENO, 2002, p. 161). Os sacrifícios de mulheres e os cadáveres femininos (sendo o de Evita o mais paradigmático) são objeto de ficção privilegiado de nossa literatura (penso, por exemplo, em “A intrusa” de Borges, mas cativas e assassinadas circulam por nossas páginas desde o começo e proliferam na atualidade). Entretanto, quando esse não é o caso, a loucura pareceria ser uma chave a partir da qual se constroem as figurações do feminino que nos apresenta a literatura argentina: o estrondo, a desordem e o descomedimento, a insensatez, a sentimentalidade e os suspiros. Torna-se indiscutível que, na distribuição histórica dos afetos e funções (que se pode ler também na linguagem e na literatura), coube à mulher a dor e a paixão contra a razão, o interior frente ao mundo, a reprodução em vez da produção. Contudo, as leituras que proponho espreitam paixões distintas, paixões que ultrapassam o entremeado erótico que sustenta nosso imaginário e se localizam como exteriores à série (propõem outras éticas e outras retóricas).

Não é novidade que a paixão opera na literatura argentina (se não em toda literatura) como condição de possibilidade, como motor narrativo. Já no *Tratado del amor* (1950), José Ingenieros reconhecia na paixão – heterossexual – valores éticos e estéticos⁶. No entanto, nas últimas

décadas do século XX a reflexão sobre o amor e a sexualidade, que desde o começo do século vem crescendo, intensifica o foco sobre as dissidências, sobre os desvarios ou desvios que alguns corpos e algumas vozes propõem ou impõem.

Descartes, por sua vez, no tratado *As paixões da alma* (1649), considerou a admiração (e a pergunta que ela implica), a primeira paixão que habilita o conhecimento, como o que nos permitiria ver e ser surpreendido por aquilo que se oculta no mundo legal e familiar. Nesse sentido, e seguindo a Fisher (2002), concordo em que refletir sobre as paixões é um dos melhores modos de nos aproximarmos daqueles núcleos afetivos e de desejo que, embora encontrem-se na memória cultural, são difíceis de reconhecer sob o manto das construções de poder, das prisões da cultura. Assim, interessa-me a paixão enquanto forma afetiva da exceção, não como incidente, mas como determinante de gêneros, de práticas e de saberes, de estéticas, de linguagens e políticas.

Na literatura argentina, a paixão lésbica toma a forma de poética imprevisível: por um lado, muitas vezes ela se encontra ali onde não deveria estar; por outro, não adquire, necessariamente, as formas (narrativas e culturais) que o contexto sociocultural lhe exigiria. Apresenta-se como vetor desterritorializador e reterritorializador. Com isso, quero dizer que as ficções lésbicas permitem avistar e até mesmo constituem algo próximo ao que Williams (1977) denominou “estruturas de sentimentos”, ou seja, tons de uma época. Elas são protagonistas privilegiadas (pelo menos até a entrada do século XXI) das batalhas em torno do que é publicamente dizível – e goza de legitimidade e escuta – em determinados momentos históricos. Nesse sentido, as ficções lésbicas não apenas ressignificam e desordenam as tradições, como que, ao colocar em jogo diversas modulações culturais, literárias e retóricas, evidenciam como novas formas coexistem com estruturas dominantes e formações obsoletas; dão conta do modo pelo qual certos imaginários persistem e também demonstram, como sustenta David Halperin (1990, p. 58), que há diferenças entre o que a gente sabe e o que aceita admitir que sabe, entre o que vê e o que comenta, entre o que sente que é uma parte de sua vida e aquilo ao que se permite entrar na literatura. Nesse momento, aparecem as primeiras hipóteses.

Sabemos que lesbianismo e campo de visão mantiveram, historicamente, uma relação conflitiva. É habitual que a falta (que pode tomar diversas formas: o segredo, o hiato, o desvio, o disfarce...) atribua ao lesbianismo sua forma e sua condição de acesso à representação. Contudo, acredito que é possível ler essa invisibilidade em termos de estratégia de representação. Por outro lado, ler o lesbianismo na literatura argentina habilita, por exemplo, a reflexão sobre certas experiências de exílio⁷ e a considerar outras formas possíveis de exclusão e de descentramento; escutar a palavra lésbica poderia ser uma forma possível de liberar a proibição erótica que impregna as linguagens, e fixar a atenção nos corpos lésbicos seguramente proporcione outro modo de trazer ao presente corpos desaparecidos ou ocultos pelas formas e/ou instituições da cultura⁸. Nesse sentido, o lésbico se apresenta como uma zona possível a partir da qual falar ou ler políticas e opressões, e desde a qual pensar criticamente a história (literária) e suas temporalidades.

Mas, além disso, se a literatura nacional foi lida a partir da metáfora da violência sexual; se efetivamente é um “coito coletivo retórico”⁹ que tem suas origens em um “estupro” (VIÑAS, 1971; KAPLAN, 2007) que se reiterará com variações ao longo de sua história; se nela o

penetrante se carregou de valor – até o grande projeto de Nação se sustentava sobre metáforas de impregnação – e, na atualidade, escrever na voz passiva, ser penetrado – o masculino pelo masculino – fala de (pós)modernidade (AMÍCOLA, 2000; MORENO, 2013): que desvios imaginários – sexuais e textuais – imprimem as ficções lésbicas?

David Foster, lendo a literatura latino-americana, considera que “O suicídio foi sempre um dos privilegiados desfechos narrativos da história homossexual.” (FOSTER, 2000, p.65) e, por sua vez, Jorge Salessi (1995) afirma, ao ler as representações da “homossexualidade argentina” do início do século XX, que essas não eram simplesmente um efeito da política mas parte de seu fundamento: o ser nacional era produto da exclusão das diferenças (mulheres, homossexuais, imigrantes, anarquistas, etc). De sua parte, Gabriel Giorgi (2004) também observou que nas políticas do desejo se podem ler políticas de Estado, mas redobrou a aposta ao afirmar que as ficções locais apelaram à figura do homossexual para dar conta de fantasias de extermínio que davam forma ao corpo social argentino. Segundo essas leituras, portanto, o destino da homossexualidade seria paradoxal: aquilo que a faz existir é o que a condena a não ser. Ou seja: a homossexualidade seria aceita no relato sob a condição de que os sujeitos homossexuais fossem eliminados. Entretanto, nessas análises, *homossexualidade* não engloba necessariamente o *lesbianismo*. E, com efeito, não acredito que as ficções lésbicas possam ser pensadas sob os sistemas propostos.

É inegável que o mito ou o sentido comum costumam associar as narrativas homossexuais (em geral) e as lésbicas (em particular) com a morte e a doença. Entretanto, na literatura argentina do século XX, embora a paixão lésbica não se materialize como relação sexual feliz entre os corpos, tampouco termina com a morte. Pelo contrário, frente à economia dos prazeres e a imediatez (o corpo a corpo da satisfação sexual) e a diferença das leituras que se fizeram sobre a homossexualidade em relação a um imaginário do fim, a paixão lésbica leva a criar e a fabular relatos sobre mundos possíveis (ainda que estejam aprisionados). A afetividade lésbica se renova, assim, constantemente, em produção expressiva, sob a forma de uma história de imaginações múltiplas, sob a forma de futuros. De fato, quase todos os relatos se propõem a si mesmos como rastros, legados ou heranças.

Embora seja certo que a sexualidade e a paixão excedem qualquer narrativização definitiva, não se deu ênfase suficiente à importância desses momentos nos quais duas superfícies contíguas, em seu roçamento, investem-se de *eros* ou de libido¹⁰ e criam corpos ou fragmentos de corpos. Por isso, seguindo a Elizabeth Grosz, interessa-me:

Explorar as sexualidades, não enquanto objetos categorizados com prolixidade, mas enquanto paixão que dispara a imaginação, que desafia mandatos morais e decretos reguladores. Isso não consiste simplesmente em invocar um espaço selvagem e livre, um fluxo desterritorializado, ou uma sexualidade sem restrições; para além de reflexões atópicas, o que queremos é estimular uma sexualidade que possa transtornar o previsível, que se encontre no social e, conseqüentemente, funcione politicamente. (GROSZ, 1995, p. XIV)

As intensificações libidinais podem ser pensadas, também, em termos de afetos que circulam por debaixo ou para além do significado, a semântica e/ou os sistemas e que transbordam as identidades reconhecíveis, delineando outros corpos/textos ou outras relações entre os corpos e os textos possíveis. Tanto o corpo como a sexualidade são construídos por meio da linguagem, em inflexões que, ainda que aparentem, não são precisamente coerentes. Reforçando esse tópico, as ficções lésbicas desenhavam mapas de intensidades. Não propõem origens nem ordens – não haverá mito fundador possível nem interessam os movimentos teleológicos – mas, ao contrário, permitem avaliar deslocamentos afetivos e dar conta de certos pontos de contato entre elementos dissímiles. Nesses momentos de encontro, violam-se as relações normativas com e entre os corpos sexuais e literários e, assim, constituem-se instantes nos quais modos diferenciados de partilha dos afetos dão lugar a outros corpos possíveis, sexuais e literários, a anomalias que decompõem o sentido comum. Há fragmentos, há contato e roçamentos, há palavras: os elementos apresentam (des)ordens possíveis. Corpos instáveis ou inesperados que colocam em suspenso hierarquias e normas, que colocam em questão tradições. Excessos, como diria Giorgi, do que constitui o socialmente legível e politicamente reconhecível.

Desse modo, o que as vozes, os olhares e os corpos lésbicos colocam em evidência é o fato de que as ficções normativas não são mais que isso: ficções. E, desse modo, não apenas se reapropriam de zonas da cultura e a diversificam, mas também permitem pensar as potencialidades políticas da linguagem (ou das linguagens) e dos gêneros (em todos os seus sentidos).

Apresenta-se, nesse ponto, a primeira encruzilhada crítico-teórica. Sem dúvidas, a ilegibilidade pode prover uma fonte de autonomia política e a legibilidade, uma condição de manipulação. Porque fazer aparecer ou fazer presente (trazer ao presente desde o presente) é também apresentar uma imagem, limitar, de alguma forma, o dinamismo que o termo *lésbica/o* (como qualquer outro termo) pode ter. Do mesmo modo, entrar na H/história, inegavelmente, implica aceitar as narrativas (sociais) que buscam domesticar as incoerências tanto afetivas como conceituais. Contudo, frente a isso, o material literário é também um lugar privilegiado de singularizações – de subjetividades, de experiências, de procedimentos narrativo –; um espaço que se constrói e que se faz possível na multiplicidade de diferenças, na heterogeneidade discursiva e temática, na confluência de encontros, piscadas e contradições.

As ficções lésbicas como objeto

O termo *lésbica* implica, pelo menos, três significações: em primeiro lugar, pareceria fazer referência a um estado ontológico do ser lésbica; em segundo lugar, constrói-se em relação ao sexo ou à sexualidade, ao erotismo ou ao desejo entre mulheres; por último, e a partir do surgimento, nos anos setenta, tanto da antropologia feminista como do feminismo lésbico, a palavra *lésbica* vai assinalar um estado eticopolítico que tem implicações emancipatórias, faz referência a políticas liberadoras e contestatórias e se converte em um termo imprescindível para desestabilizar a – até esse momento – aparentemente inquestionável continuidade da categoria *mulher*.

Por outro lado, a palavra *lésbica* faz referência à ilha de Lesbos (*Mytilene*) onde haveria nascido Safo, por volta do ano 600 a.C. Mas o termo parece ter sido usado como sinônimo de

homossexualidade feminina pela primeira vez no século XVI pelo escritor francês Pierre de Bourdeille (Senhor de Brantôme), quem, além de afirmar que manter relações sexuais entre mulheres era uma moda trazida da Itália para a França por uma dama nobre (provavelmente Catarina de Médici), publicou uma compilação de poemas de amor entre mulheres intitulado *As lésbicas*. A partir do século XIX, cunhado pela literatura francesa escrita por homens, generaliza-se o termo para designar as mulheres – em geral prostitutas ou cortesãs – que fazem sexo com outras mulheres.

Com essas definições como pano de fundo, proponho pensar o termo *lésbica* enquanto *locus* de efeitos e afetos sociais. Em torno dele geram-se vínculos, instituem-se desejos e se constroem identidades; estabelecem-se valores, desenham-se corpos e discursos. Por isso, ao tentar lê-lo (e nesse gesto construí-lo) não se pode deixar de ter em conta que (e de ter cuidado porque) qualquer significação imaginária social instituída a partir da repetição de narrativas e da invisibilização do diverso se constrói como ferramenta de poder e opera como organizadora do sentido (FERNÁNDEZ, 1993).

Como apontava em páginas anteriores, toda representação, irremediavelmente, implica algum grau de homogeneização. Por isso não proponho trabalhar sobre identidades lésbicas nem discutir se um personagem tem, efetivamente, uma subjetividade lésbica ou não; não busco definir o conceito de sexualidade enquanto objeto predeterminado que necessita ser descrito ou explicado, nem pensar o desejo em sua ontogênese. Ao contrário, procuro traçar um percurso que vá para além da conformação de identidade para um campo epistemológico. Assim, a pergunta seria nem tanto pelo sentido do termo *lésbica* mas pelos modos nos quais os sentidos de *lésbica* são produzidos ou significados em contextos particulares.

Em 2008, Joan Scott, uma das principais e pioneiras teóricas do gênero, retoma a formulação central de seu artigo “O gênero: uma categoria útil para a análise histórica” (SCOTT, 1986) para revelar que em sua versão original o título havia sido pensado com ponto de interrogação; porque o gênero, afirma, é útil somente enquanto pergunta. Desse modo, não apenas evita o problema de estabilizar qualquer significação imaginária, senão que cada objeto de estudo poderia renovar os termos das perguntas. *Gênero* seria assim não o lugar de um referente a que se adequar, mas o lugar de uma pergunta. Pensando também desse modo, *lésbica* se converte em um termo que não somente pode ser interrogado, como também habilita a problematização dos modos nos quais em torno a ele se geram vínculos, instituem-se desejos e se constroem identidades, valores, discursos e inclusive corpos.

Como consequência, vou utilizar o termo *lésbica* não como substantivo mas como modificador ou atributo ou, mais especificamente, e seguindo a Amy Villarejo 2003: 26), como catacrese: palavra que, dotada de sentido figurado, designa uma coisa que carece de nome especial. A catacrese é uma figura que não pode ser substituída por um termo mais exato ou, como afirma Butler (1993) é o uso impróprio inerente à possibilidade de uso apropriado. A partir disso e analisando os diálogos que a literatura estabelece, afirmo que *lésbica/o* se constrói como código de valor diferencial, produzido pelo gênero e o sexual na fronteira de determinadas relações sociais, a partir do qual é possível desestabilizar a estrutura canônica do desejo, (re)inventar os afetos ou, em outras palavras, os modos hegemônicos do eros ficcional.

Enquanto categoria analítica, o termo *lésbica/o* deve ser pensado como uma complexa rede de expressões e percepções, de prática, localizações e movimentos, de tempos e espaços que se deslocam e se articulam. Ou seja, em termos de *posição* e não como essência. E é, além disso, como afirma Butler (2000, p. 88), o prazer produzido pela instabilidade dessas categorias o que sustém as diversas práticas eróticas: a sexualidade, e suas possíveis representações, não seriam já tanto uma questão de descoberta mas de reinvenção perpétua¹¹.

Quanto ao termo *ficção*, eu o penso como essas construções discursivas, ideológicas e imaginárias fundantes dos laços sociais que se concentram, combinam-se e se sobrepõem: “São nossas ficções as que nos validam.”, escreveu Monique Wittig em seu prefácio a *El cuerpo lesbiano* (WITTIG, 1973, p. 10) e, por sua vez, Nora Domínguez afirma: “Os textos são artefatos culturais que constroem ficções e versões da história nos quais se materializam ideologias dominantes ou impugnadoras e dessa maneira intervêm no espaço social para disputar sentidos.” (DOMÍNGUEZ, 2008, p. 93).

As ficções se encontram no seio dos processos históricos e intervêm em diversos níveis e de modo diferente na vida coletiva, mas aquelas que se transformam em dominantes são as que possuem não apenas um grande poder de produção e de sedução (DOMÍNGUEZ, 2007, p. 17) mas, também, um grande potencial de disciplinamento. A ficção pode ser também a forma que adquire um saber, ainda que poderia ser o próprio saber, já que toda verdade é uma ficção efetiva, uma função que fabrica algo que ainda não existe, explica Michel Foucault (1977). Mas há outras visões que afirmam que a ficção é motivada pela paixão e pela memória, e pode adquirir a forma de uma dádiva: de uma troca e um reconhecimento. Sob este prisma, a potência das ficções é incontrolável: imaginam, propõem, conectam, evocam, (re)criam e, também, significam.

Por outro lado, seguindo lateralmente ao Lacan, anterior ao estruturalismo, e em diálogo com Laplanche e Pontalis¹², pode-se pensar que as ficções lésbicas se constroem entre o fluir libidinal e a potência imaginarizante e portam, como consequência, uma carga fortemente passional. Mas, além disso, tomo emprestado o conceito “ficções apaixonadas” (LAURETIS, 1994, p. XIV) para enfatizar a natureza inextricável entre desejo e narração. Porque, justamente, a única garantia que a teoria e a literatura nos podem dar é a de expor-se e desvelar-se como ficções apaixonadas e apaixonantes.

Contingências

A crítica literária

Nem a teoria nem a crítica literária lésbica se consolidaram em nosso país como um campo legitimado de reflexão acadêmica. Forçadas a permanecer nos rincões dos institutos de pesquisa especializados e no anonimato das compilações *queer*, as ficções lésbicas não conseguiram desmontar as exclusões nem se sobrepôr às diferenças hierárquicas sustentadas pelo sistema heterossexista. Nesse sentido, Butler (1992, p. 7) está certa ao afirmar que a tarefa crítica deveria ser, antes de tudo, perguntar-se o que autoriza e o que exclui ou proíbe o movimento teórico que estabelece os fundamentos.

Ao pensar os corpos – e o que são a literatura e a crítica senão corpos –, é indiscutível a função determinante do olhar. Ver, ler, é reconhecer e estabelecer conexões; é recriar. E é no roçamento entre os corpos – sexuais e textuais, críticos e literários – que a perspectiva teórica propõe onde se fazem evidentes as tensões e as determinações sociais e literárias. Contudo, enquanto que o ponto de vista se constrói em relação ao poder (o que se sabe, o que se conhece, o que se crê, afeta o que se vê) e dado que as convenções culturais tendem a posicionar o olhar no marco da heterossexualidade, é necessário reorientar o ponto de vista para poder vislumbrar o efeito desviado que provocam certas textualidades; para poder ler as perguntar que algumas ficções liberam ou os modos em que certas paixões violentam e questionam (os sentidos de) os códigos culturais. Como sustenta a teórica feminista Guacira Lopes Louro (2011, p. 16-17), a ignorância pode ser compreendida como produzida por um tipo particular de conhecimento ou por um modo de conhecer; e fazer vista grossa em relação ao lésbico é, indiscutivelmente, constitutivo de um modo particular de sexualidade. Nesse sentido, a leitura é, como propõe Daniel Link (2005, p. 11), uma margem da literatura: o momento em que a literatura se confunde com uma experiência, não necessariamente de ordem estética.

Tanto a literatura (em seus procedimentos, suas formas, seus temas) como a crítica literária (seus modos de leitura e sua consequente construção de um cânon) são ferramentas sociais através das quais se fixam valores, diferenças e hierarquias. Ferramentas específicas que definem operações ou usos em relação à linguagem e que, assim mesmo, não apenas regulam os debates em torno às relações entre literatura, crítica e sociedade (muitas vezes, diretamente ocultando-as) senão que determinam a possibilidade e os modos de circulação de textos e narrativas. Em outras palavras, tanto a literatura como os discursos associados a ela, ao serem parte da estrutura social, também se sustentam (e se situam ideologicamente por eleição ou omissão) sobre as diferenças simbólicas que existem entre os corpos generizados, sexuados e sexualizados.

É certo que a visibilidade da homossexualidade constitui um fenômeno do presente que afeta também a produção acadêmica. Também reconheço que, neste século, as sexualidades dissidentes fazem seu ingresso no discurso crítico introduzindo um conflito no campo da representação. No entanto, muitas vezes mesmo aquela teoria/crítica consciente dos problemas relacionados às diferenças sexuais – ou seja, o *queer*, gay e/ou feminista – segue perpetrando o “assassinato simbólico” (LAURETIS, 2000, p. 19) da lésbica. Proliferam, assim, ao longo dos últimos anos, no campo da teoria e crítica literária latino-americana e latino-americanista – e especificamente argentina –, um número maior de análises sobre homossexualidades masculinas e as estéticas que essas sustentam. Contudo, os estudos sobre o lésbico e suas representações literárias seguem sendo quase exíguos.

Evidentemente, essas não são afirmações contra a produtividade relacionada ao que, de modo geral, poderia se chamar de *representações homossexuais*. A proliferação de textos é sempre positiva enquanto expoente de uma variedade de modos de pensar e posições. Contudo, cabe ainda problematizar a dicotomia “produtividade sobre o homossexual masculino e exiguidade sobre o lésbico” em relação às hierarquias ainda vigentes no binômio homem/mulher. Porque se perguntar sobre diferença de gênero não significa ancorar-se naquilo que as diferenças revelam das lógicas distributivas senão, como afirma Silvia Delfino (1999, p. 68), revelar as operações

materiais registradas na formulação de configurações concretas da relação entre cultura e condições históricas e, simultaneamente, na intensificação da cultura enquanto dimensão de lutas políticas.

Por outro lado, a crítica de gênero argentina abordou diversos problemas relativos ao vínculo entre literatura e sexualidades e/ou às modalidades estético-políticas que na relação assumem as inscrições da diferença sexual, propondo leituras inevitáveis. Mas, apesar dos temas abarcados por esses trabalhos cobrirem um amplo espectro, à exceção da produção de Sylvia Molloy e María Moreno, quase não existem estudos que se centrem na especificidade das representações lésbicas. As intervenções dessas autoras – que ganham corpo nas intersecções entre o privado, o público e a ficção – dão lugar a zonas narrativas que haviam permanecido ocultas e, pioneiras em inscrever o lésbico tanto na literatura como no espaço da crítica, oferecem material valioso e ineludível com o qual dialogar.

A teoria lésbica

Um marco obrigatório imprescindível para pensar as ficções lésbicas é, com o perdão da redundância, a teoria lésbica. Na década de 1960, as teóricas feministas da “segunda onda” denunciavam e combatiam a subordinação histórica das mulheres mantendo em primeiro plano a análise crítica do matrimônio e da família – em termos de instituição patriarcal – e da heterossexualidade obrigatória – enquanto matriz opressiva que afetava a todas as mulheres¹³. Da problematização desses conceitos se desprende o lesbianismo como teoria e prática política dentro do feminismo. Ainda que, claro, não tenha sido tarefa fácil já que: “[...] o tabu é enorme. Como podem, as homossexuais, romper o silêncio, quando não têm outra referência que a clandestinidade, outro modelo que Safo?” (BONEET, 2000, p. 149). Contudo, nos anos 1980, os debates do feminismo hegemônico eram matizados irrevogavelmente pelo ingresso, progressivo, das vozes negras, lésbicas e terceiro-mundistas. Finalmente, o consenso feminista sobre a ordem dominante racha: o feminismo branco e heterossexual já não aparece como pura antítese das normas dominantes¹⁴.

Progressivamente, o movimento lésbico¹⁵ não apenas foi desenvolvendo marcos teóricos próprios e categorias específicas como, simultaneamente, foi construindo o lésbico como espaço de fortes inscrições ideológicas. Essas primeiras teóricas, entre as quais cabe nomear Rita Mae Brown, Gayle Rubin, Sheila Jeffreys, Audre Lorde, Adrienne Rich e Monique Wittig, em primeiro lugar denunciaram a lesbofobia do movimento feminista, centraram-se na construção cultural e social das diferenças entre os sexos, advertiram sobre a importância da sexualidade enquanto lugar de articulação do poder e denunciaram o patriarcado como um sistema que se funda no controle e intercâmbio dos corpos das mulheres; defenderam a necessidade de vínculos afetivos entre mulheres como modo de enfrentar o sistema opressivo e repudiaram a instituição família e a heterossexualidade obrigatória e procriadora como principais ferramentas de regulação dos corpos. Poderia se pensar, nesse sentido, que se a teoria e a crítica feminista provocaram uma ruptura epistemológica, o pensamento lésbico, indubitavelmente, a aprofundou.

Simplificando: as reflexões em torno do lésbico foram levadas adiante, ao menos nos Estados Unidos, em âmbitos diferenciados: enquanto que na academia ganharam força os *Estudos Gay-*

Lésbicos – propunham uma intervenção crítica e política e implicaram, sobretudo, um crescente interesse na revisão histórica e na busca de uma literatura que denominaram também gay/lésbica¹⁶ (Faderman, Wiesen Cook, Zimmerman¹⁷) –, o ativismo elaborava marcos conceituais próprios. Em ambos os casos, prática e teoria se revelavam inseparáveis¹⁸.

Inscrita na militância feminista, a poeta e teórica estadunidense Adrienne Rich desenvolveu três conceitos fundamentais. Em primeiro lugar, a ideia de *política da localização* (1984)¹⁹ enquanto método feminista que estabelece o corpo como espaço político do sujeito feminino e descobre o conhecimento já no espaço abstrato, universal e objetivo quando não situado na contingência da própria experiência. Uma localização nesse sentido não é somente uma noção geopolítica senão uma que apenas pode ser objeto de relações linguísticas (ou seja, de relações imaginárias). Em segundo lugar, o termo *continuum lésbico* (1980): vínculo metafórico, intensidade afetiva, que uniria as mulheres que questionam o sistema patriarcal. E por último, a ideia de que a *heterossexualidade obrigatória* (1980) é efetivamente, uma norma social e política.

Nesses mesmos anos, os aportes da chicana²⁰ Gloria Anzaldúa delineavam a lésbica, em um jogo teórico-literário, em termos de *new mestiza* (1987): uma hibridação utópica, figura limítrofe sempre situada nas bordas da cultura, uma *outra* que nunca é apropriada. Ao problema da sexualidade se soma, nessa reflexão, o da etnicidade, mas as diferenças carregam-se de positividade: por sua multiplicidade, a mestiça se converte em uma metáfora de grande potencialidade, em uma figura que dá lugar a um novo tipo de consciência que se move para além das classes e dicotomias:

Como Mestiça não tenho país, minha pátria me exilou; contudo, todos os países são meus porque sou irmã ou potencial amante de toda mulher (Como lésbica não tenho raça, minha própria gente me repudia, mas sou todas as raças porque em todas as raças existe o que de *queer* há em mim). Não tenho cultura porque, como feminista, desafio as crenças masculinistas coletivas culturais/religiosas dos hispânicos de origem indígena e anglos; ainda assim, tenho cultura porque participo da criação de outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam entre nós e com o planeta. *Sou um amassamento*, um ato de sovar, de unir e juntar que não só produziu uma criatura da escuridão e uma criatura de luz, como também uma criatura que questiona as definições de luz e escuridão e dá a elas novos sentidos. (ANZALDÚA, 1987, p.182)²¹

Além disso, também se começa a fazer ouvir a voz da escritora e teórica francesa Monique Wittig. Profundamente comprometida com o movimento de Maio de 1968, foi uma das primeiras que recorreu a Deleuze para sustentar suas hipóteses políticas e epistemológicas de uma sexualidade múltipla, lésbica e não fálica (WITTING, 1982, p. 111).

Em 1979, Wittig afirmou: “para nós, aparentemente, não há um ou dois sexos, mas muitos, tantos sexos como indivíduos. Porque, apesar de terem nos enjaulado em um gueto sexual, não concedemos à sexualidade a mesma importância que os heterossexuais” (WITTING, 1979, p. 119). Como Rich, ela considerava a heterossexualidade um regime político que atravessava toda a vida social, por isso, em uma tentativa de impugnar o modelo sexo/afetivo dicotômico, a autora propôs a categoria lésbica como terceira posição (como terceiro gênero, inclusive) que se encontraria fora do binômio homem-mulher e que permitiria rearticular as relações sociais desde uma posição excêntrica.

Lésbica é o único conceito que conheço que está para além das categorias de sexo (mulheres e homens), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher nem no plano econômico, nem no político, nem no ideológico. Porque o que constitui uma mulher é uma relação social específica com um homem, de serviço, que implica em obrigações pessoais, físicas e econômicas. (WITTING, 1980, p. 43)

Nessa conceitualização, *lésbica* se constitui como termo desconstrutivo por excelência, excesso – emancipatório – da legislação patriarcal. Também, nessa mesma linha, Wittig reelaborou a ideia de *contrato social* substituindo-a pela noção de *contrato (hetero)sexual*²² (WITTING, 1976) e propôs sua própria escritura como modelo desconstrutivo do corpo feminino e construtivo d’O *corpo lésbico* (1973). Nessa novela, como em tantas outras posteriores, Wittig insistiu nas potencialidades da linguagem como modo de mudar as percepções sobre o mundo e sobre certos corpos que nele se inscrevem:

Através da minha vagina e do m/eu útero você introduz até m/eus intestinos rasgando a membrana. Você coloca ao redor do seu pescoço meu duodeno rosa pálido e de veias azuis. Desenrosca meu intestino delgado amarelo. Ao fazê-lo você fala do cheiro dos meus órgãos úmidos, fala da sua consistência, fala: de seus movimentos. fala de sua temperatura [...]. Você toca minha verde vesícula. E/u m/e consumo, m/e queixo, e/u caio em um abismo, m/inha cabeça é arrastada. m/eu coração sobe até os dentes, parece que m/eu sangue secou em minhas artérias. Você diz, contudo, que o recebe em grandes quantidades sobre suas mãos. (WITTING, 1973, p. 29)

A posição de Wittig, apesar de parecer atrativa, foi duramente criticada por teóricas posteriores (como Annemarie Jagose) por universalizar *lésbica* dentro do que algumas consideraram um novo modelo de normatividade.

Durante essas décadas, também ganharam força as chamadas *pensadoras francesas* da diferença sexual. Fortemente teóricas, ainda que inscritas na academia marginalmente, cimentaram as bases de seus postulados na linguística, na semiótica e na psicanálise e tomaram como objeto

central a literatura. Helene Cixous (1975 e 1977) e Luce Irigaray (1985) definiram a homossexualidade feminina como metáfora erotizada de uma forma de sociabilidade feminina, autônoma e autêntica que teria sua origem (ou que encontraria continuidade) na relação física amorosa e pré-discursiva que se estabelece com o corpo materno. Esta ideia buscava explorar e reivindicar os contatos e prazeres corporais entre mãe e filha que haviam sido erradicados de nossas memórias. Na realidade, sua tese, embora mais brutal, defendia que o patriarcado se funda sobre um matricídio originário:

Para as mulheres, a primeira relação de desejo e de amor é dirigida ao corpo de uma mulher. E quando a teoria analítica diz que a menina deve renunciar ao amor de e por sua mãe, ao desejo de e por sua mãe, a fim de aceder ao desejo do pai, está submetendo a mulher a uma heterossexualidade normativa, corrente em nossas sociedades, mas completamente patógena e patológica. Nem a menina nem a mulher devem renunciar ao amor por sua mãe. Tentemos descobrir também a singularidade do nosso amor por outras mulheres. O que poderíamos chamar (apesar de não gostar desses rótulos) entre muitas aspas de: “homossexualidade secundária”. Com isso tento designar simplesmente uma diferença entre o amor arcaico pela mãe e o amor por outras mulheres-irmãs. Este amor é necessário para não continuarmos sendo servidoras do culto ao falo, ou objetos de uso e de intercâmbio entre os homens, objetos rivais no mercado, situação na qual nos puseram a todas. (IRIGARAY, 1985, p. 7-8)

A metáfora da *genealogia lésbica* é, em Irigaray, uma ferramenta que solicita desentramar as narrativas edípicas para alcançar, finalmente, um tipo de heterossexualidade baseada no reconhecimento mútuo entre os sexos, para reconstituir o feminino enquanto categoria autônoma que habilita a renegociação de uma heterossexualidade emancipada. Mas, além disso, não só a sexualidade masculina é mantida como identidade e a feminina como não identidade – a diferença entre uma e outra é eliminada em uma ficção imaginária indiferenciada –, como também o corpo da homossexualidade feminina persiste como irrepresentável:

Quando você diz te amo – ficando aqui, perto de você, de mim –, você diz me amo [...]. Eu não te devo nada, você não me deve nada. Esse te amo é sem dádiva nem dívida. Você não me ‘oferece’ nada se tocando, tocando-me: se retocando através de mim. Você não se dá [...]. Você se/me encontra à medida em que confia em si/mim.

Essas alternativas, essas oposições, essas escolhas, esses mercados não são comuns entre nós. Salvo para repetir seu comércio, para permanecer em sua economia. Onde nós não temos lugar. Te amo: corpo compartilhado. Sem corte. Sem você nem eu contundente [...]. Neste caso, como dizer de

outra maneira: te amo?, te amo, meu indiferente? Isso seria submeter-nos a sua linguagem. Para nos designar nos deixaram as carências, os defeitos. Seu(s) negativo(s). (IRIGARAY, 1982, p. 156-7)

A metaforização do lesbianismo, muito criticada por sua tendência a assexualizar o lésbico (o feminino pareceria sempre estar mais perto da amizade e do amor que do prazer e do desejo), também foi criticada duramente por Lauretis (1994, p. XVII) que considera que a sedução do feminismo pelo lésbico reside no acesso a uma sexualidade autônoma garantida por sua relação “homossexual” com a mãe. Contudo, afirma, isso implica um problema: essa construção fantasmática borraria a diferença entre mulheres lésbicas e mulheres heterossexuais. Nesse sentido se impediria a compreensão do lesbianismo não apenas como uma forma específica de sexualidade feminina, mas também como uma forma sociossimbólica que supõe uma produção diferente de referência e significado e uma estruturação particular de desejo.

E no caso de Cixous, a homossexualidade feminina se torna, finalmente, estética e escritura. Um dos objetivos principais dessa autora de cunho derridariano foi subverter e desconstruir os supostos binários da lógica patriarcal. Assim, propunha, por exemplo: “Imaginemos que amamos uma mulher que por dentro é um homem. Isso quer dizer que não amamos um homem senão uma mulher que é um homem, que não é exatamente o mesmo: é uma mulher que é também um homem, *outra espécie. Essas complexidades ainda não se deixam ouvir.*” (SELLER, 1994, p. 199)²³.

O que parece claro que é que em todas essas propostas, embora dissímiles, o potencial transgressor e significante da categoria lésbica parece proceder de seu lugar fora da cultura, de seu excesso triunfal sobre as leis (sempre proibitivas). Mas o paradoxo principal está em que pensar o lésbico em termos de excesso implica mantê-lo fora do campo visual, como aquilo que não se pode pensar, dizer, nem representar por *ser outra coisa*²⁴. Mas, além disso, como bem notou Annemarie Jagose:

Embora haja algumas óbvias desvantagens pelo conceito “lésbica” existir fora dos sistemas dominantes de pensamento, alguns/mas teóricxs afirmam que isso também implica vantagens perceptíveis [...] Oferece-se à lésbica certa emancipação de restrições próprias do sistema conceitual, dá-lhe acesso a conhecimentos inacessíveis para aqueles cuja existência o sistema aprova [...]. Nesse sentido, as conjecturas do que Michel Foucault criticou como “a hipótese repressiva” se repetem quando o corpo lésbico se dramatiza, erroneamente, como somente proibido e não, simultaneamente, produzido; como somente vedado e não, pela operação desse mesmo mecanismo, habilitado. (JAGOSE, 1994, p. 2-3)²⁵

Apesar das diversas aproximações teóricas, até a década de 1990 definir *lésbica* e, portanto, a narrativa lésbica, não se colocou como um problema maior: era aquela que falava das mulheres que mantinham relações erótico-afetivas com outras mulheres e era determinada pela experiência compartilhada por uma comunidade de autoras, leitoras e personagens identificadas explicitamente como lésbicas. Como afirmou Catharine R. Stimpson, uma das poucas teóricas que procurou trabalhar na especificidade de uma teoria e crítica literária lésbica:

Minha definição de lésbica – como escritora, como personagem e como leitora – será conservadora e severamente literal. É uma mulher que acha outras mulheres eroticamente atrativas e graciosas. Evidentemente uma lésbica é mais que seu corpo, mais que sua carne, mas o lesbianismo participa do corpo, participa da carne. Essa carnalidade se distingue dos gestos de simpatia política com homossexuais e de compromissos afetivos com os quais as mulheres se deleitam e nos quais se dão apoio mútuo... (STIMPSON, 1981, p. 351)²⁶

Mas a partir da última década do século XX, a importância crescente do conceito *gênero*²⁷ provocou uma guinada decisiva no pensamento teórico: introduziu revisões, reformulações, debates e novas explorações na maior parte das disciplinas sociais. Significou uma guinada interpretativa que aliás legitimou, por diversas razões, seu ingresso na academia. Nesse contexto, aparecem as chamadas “teóricas *queer*” encabeçadas por Teresa de Lauretis, Judith Butler e Eve Kosofsky Sedwick. Atravessadas pelos movimentos sociais contemporâneos (o feminismo, o pós-estruturalismo e as teorias pós-colonialistas), provêm da academia estadunidense, mas em sua vertente de intervenção política. Contudo, a academia australiana também apresentou algumas figuras interessantes, de pouca difusão na Argentina, para a reflexão em torno das sexualidades *queer* como Annemarie Jagose, Elizabeth Grosz e Elspeth Probyn.

O conceito de “teoria *queer*” foi cunhado por Teresa de Lauretis em uma conferência que proferiu na Universidade da Califórnia, em 1990. No ano seguinte, no jornal *diferencias*, publicou um artigo intitulado “Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities”. Sua intenção era reinventar os termos em que se pensava o sexual, construir um horizonte discursivo alternativo. Era uma aposta, principalmente, política. A palavra *queer*²⁸ circulava pelas ruas, com força, desde os anos 1980 e foi, nesse momento, um gesto deliberadamente disruptivo, escandaloso e, inclusive, ofensivo propor juntá-la com o *alto* conceito de *teoria*.

Originalmente, os objetivos de sua proposta, como nota David Halperin (1996), procuravam criar um sistema que permitiria deixar de pensar a(s) homossexualidade(es) como algo marginal em relação a uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) estável e dominante, frente a qual podia(m) ser definida(s) por oposição ou homologia.

Em outras palavras, Lauretis considerava que as sexualidades dissidentes não deviam ser vistas como transgressoras ou desviadas ou como o “estilo de vida” opcional que o pluralismo estadunidenses defendia senão que, argumentava, podiam ser reconceitualizadas como formas socioculturais emergentes com termos próprios. Em segundo lugar, buscava dar atenção ao gênero (e aos modos como se cruzava com outras variáveis normativas) e, a partir daí, interrogar a ideia de que os Estudos Gay/Lésbicos eram um objeto único e homogêneo. Nesse sentido, buscou inserir múltiplas diferenças para questionar o que tendia a ser um discurso sob a hegemonia dos modelos de análise brancos, masculinos (*gay*) e de classe média. E, por último, tentava colocar em evidência os pressupostos heterossexuais que sustentam toda a teoria nos circuitos acadêmicos.

Hoje parece evidente que o *queer* reabriu a discussão relativa à relação entre gênero e sexualidade que teve certo auge (mas com outras nuances) nas décadas anteriores, ampliou as possibilidades para os estudos transgênero, habilitou a percepção para as múltiplas formas em que as variáveis culturais dão corpo às subjetividades sexuais e sexuadas e apoiou a visibilidade de expressões não normativas de gênero e sexualidade: “*Queer* [...] não designa uma classe de patologias ou perversões já objetivadas. Ao contrário, descreve um horizonte de possibilidades cujo alcance preciso e olhar heterogêneo não pode, por princípio, ser delimitado previamente.” (HALPERIN, 1995, p. 62)²⁹.

Contudo, e frente a isso, Lauretis chama atenção à velocidade com que a “teoria *queer*” se institucionalizou – principalmente pensando que essa propõe políticas radicais anti-identitárias, antiassimilacionistas e antinormativas –: a teoria que propõe abraçar o *anormal* e marginal foi absorvida e canonizada pela academia como nunca foram os Estudos Gay/Lésbicos (que, supostamente, eram liberais e se acomodavam ao *status quo*).

Mas, além disso, estranhamente, *queer* se define a si mesmo (e o segue fazendo), como um conceito avançado, superador não apenas dos Estudos Gay/Lésbicos como também da teoria feminista³⁰. Como consequência, e apenas três anos depois de haver proposto o novo termo, de Lauretis se retrata: “No que diz respeito à ‘teoria *queer*’, minha insistente especificação *lésbica* pode bem ser tomada como um gesto de distanciamento do que [...], rapidamente se converteu em uma criatura conceitualmente vazia da indústria editorial” (LAURETIS, 1994, p. 2-3)³¹.

Em seu terceiro grande livro, *The Practice of Love: Lesbian Sexuality and Perverse Desire* (1994), de Lauretis enfoca o que chama de “teoria negativa da sexualidade freudiana” em busca de um modelo formal de desejo perverso que possa dar conta das representações do lesbianismo nas ficções culturais. Interessa a ela pensar agora – a partir de leituras de Lacan, Laplanche e, evidentemente, de autoras feministas – os modos em que as fantasias (privadas e públicas) historicamente disponíveis (re)estruturam, dinamicamente, as identidade e subjetividades sexuais e sexuadas.

Retrospectivamente, nesse momento, são duas as autoras que parecem ter fundado a teoria *queer*: Eve Kosofsky Sedgwick e Judith Butler. Mas a visibilidade internacional que Butler alcançou não foi igualada pela primeira. Em torno dela se dialoga, pressupõe-se, discute-se e se reinterpreta. Embora muitas das discussões se enquadrem a outras que a teoria feminista já vinha proporcionando, Butler oferece material filosófico chave com o qual dialogar.

Uma das principais preocupações dessa autora é a valorização social que recebem alguns sujeitos em detrimento de outros tantos. Como se produz a operação segundo a qual há *corpos que importam* e outros que nem tanto? Por que alguns vivem na esfera do *irrepresentável*, *invisível*, *inabitado*, enquanto outros gozam dos privilégios de ter representatividade jurídica, política e, acima de tudo, semiótica? Como atua a hegemonia heterossexual na formação daquilo que determina que um corpo seja viável? E, em outra perspectiva: o que significa *lésbica*? O que é que têm em comum os sujeitos que assim se identificam – se algo têm em comum? Quem decide isso e em nome do que?³²

A ideia mais importante, talvez, que atravessa a obra de Butler é a do *gênero como performatividade*. A partir de uma semântica dupla (da *art performance* e da performatividade linguística), Butler lê o gênero em termos de *iterabilidade* ou atua(liza)ção constante dos modelos

legitimados, mas, além disso, acrescenta: o sexo só pode ser generizado. Nesse sentido, como Wittig e como de Lauretis, vai afirmar que *gênero* não é uma realidade substantiva, senão mais exatamente uma atividade – uma ficção reguladora – que constrói categorias como “sexo”, “mulher”, “homem” e “natureza” com a intenção especificamente política de (re)produzir a matriz heterossexual³³. Assim, os corpos que encarnam corretamente a norma genérica são social e culturalmente inteligíveis enquanto que há outros que ficam relegados ao domínio da *abjeção* (o exterior constitutivo da cultura).

Por outro lado, o olhar deleuziano da australiana Elizabeth Grosz concebe a subjetividade como multiplicidade, coletividade e dinamismo, e o desejo como produtivo. Como afirma Braidotti (2002), a linha teórica a que pertence Grosz é de um braço conceitual completamente distinto ao de Wittig (idealista), de de Lauretis (psicanalista) ou de Butler (derridariana): Grosz desenvolve uma aproximação feminista à filosofia dos afetos. Como consequência, lê a heterossexualidade como uma instância de poder imposta e dominante, e a forças como a misoginia e a homofobia em termos de formações que moem ou majoritárias que negam, reduzem e degradam o potencial do corpo para expressar sua intensidade e grau de desejo. Grosz codifica o lésbico em termos de um possível devir que abriria fissuras no status quo. Contudo, ela está mais comprometida em reconfigurar a sexualidade *queer* – e mais especificamente lésbica – do que com o nomadismo filosófico, e se distancia da organização psicanalítica do desejo ao redor do núcleo da fantasia apelando, em seu lugar, aos prazeres multilocalizados.

Notas

1 O artigo é a tradução do primeiro capítulo do livro *Ficciones lesbianas*. Literatura y afectos en la cultura argentina (Buenos Aires, Madreselva, 2016) que procura definir e conceituar a noção de ficções lésbicas na literatura argentina a partir das década de 1950.

2 Um olhar a partir do esgoto pode ser uma visão do mundo.

3 A matriz excludente que atua sobre as sexualidades tem sido extensamente tratada nos debates sobre a construção de identidades. Butler sustenta que a matriz heterossexual “mediante [...] a qual se formam os sujeitos requer, pois, a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, daqueles que não são ‘sujeitos’. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas inóspitas, desabitadas de vida social que, entretanto, estão densamente povoadas.” (BUTLER, 1993, p. 20).

4 Tradução para o espanhol da autora.

5 “[...] nos mais poderosos paradigmas interpretativos do século passado [...], a ordem do imaginário aparecia, uma vez ou outra, como um fantasma, nessa obsessão por aniquilá-lo ou por demonstrar sua falsidade. Hoje sabemos (voltamos a saber) que noções como ‘imaginação’ e ‘imaginário’ remetem, ao mesmo tempo, ao universo do privado e do público, ao campo das práticas sociais, mas também ao campo das práticas retóricas. A imaginação e o imaginário não são necessariamente as prisões que nos disseram que eram e, se assim o são, basta perceber-se preso para se por a imaginar maneiras de fugir (ninguém vive em uma prisão por vontade própria). É a cultura a que captura e encarcera imaginários: culturalizados, as figuras e os fantasmas perdem a qualidade de indeterminação radical que constitui sua natureza.” (LINK, 2009, p. 40).

6 Ao falar sobre a Grécia antiga, Ingenierios dedica alguns parágrafos a suas cismas a respeito do “amor homossexual”: “O amor homossexual [...] degenerou em pedofilia. Os homens, particularmente os das classes cultas, viram como um refinamento amar os belos adolescentes que aprimoravam nos ginásios as graças do corpo e do espírito. A mulher, excluída do amor, restou como simples objeto familiar, para cumprir com os deveres sociais do matrimônio e a reprodução da espécie.” e continua: “Em suma, a doutrina exposta por Sócrates pode ser resumida assim: o amor pela beleza corporal dos efebos encaminha o homem à compreensão da beleza espiritual e o eleva gradualmente à intuição de uma suprema beleza absoluta. É uma doutrina essencialmente estética. Ainda que genial como criação literária, carece de valor metafísico presente. É uma hipótese absolutamente ilegítima, enquanto considera o amor homossexual como uma perfeição estética e ética, divorciando o sentimento erótico de suas relações naturais com a reprodução da espécie.” (INGENERIOS, 1950, p. 18-19).

7 O exílio, nesse caso, deve ser entendido, em primeira instância, no sentido metafórico – quem possui uma sexualidade dissidente se encontra excluída de um sistema, de um mundo –, mas também, como sucede em *En breve cárcel* (Molloy, 1981) ou *No es amor* (Kolesnicov, 2009), o exílio pode ser tematizado e problematizado em justaposição à existência de uma sexualidade dissidente.

Em *El cielo dividido* (Roffé, 1996), o exílio da protagonista responderia, provavelmente, ao problemático cruzamento entre lesbianismo e ditadura. Por outro lado, em *El affair Skeffington* (Moreno, 1992) será o exílio o espaço que habilita a possibilidade de um conhecimento e de uma arte própria que se revela frete aos mandatos patriarcais. Mesmo o exílio pode ser pensado, muitas vezes, em relação às biografias das autoras que trabalham esses temas, como é o caso de Reina Roffé ou, novamente, Sylvia Molloy. Centrando-se neste último nó problemático, David Foster analisa o que chama “A diáspora homoerótica na literatura latino-americana” (2000).

8 Há uma longa história de corpos mortos na cultura argentina e o corpo desaparecido ou apagado, enquanto motor narrativo, é um de seus ritornelos – de seus traumas. Nesse sentido, é lógico que corpos lésbicos e corpos desaparecidos não sejam tópicos necessariamente alheios entre si. Embora um corpo que falta nem sempre remeta aos desaparecidos durante a última ditadura militar, muitas vezes, em textos escritos antes de 1976 podemos ler fantasmas antecipatórios e quase inevitavelmente, depois de 1980, será pertinente encontrar referências. A modo de exemplo, o filho da protagonista de *Monte de Venus* (ROFFÉ, 1976), usurpado pela professora de sobrenome duplo, não pode impedir de ligar nossos alarmes. Em outro registro, *Opendoor* (HAVILIO, 2006) começa com um corpo que cai no Riachuelo*. A protagonista – que não tem nome – imediatamente supõe que é sua namorada, Aida, mas nunca o poderá confirmar e suas constantes visitas ao necrotério para identificar o corpo somente culminarão com outro enigma. Constitui outro caso “La larga risa de todos estos años” (FOGWILL, 1983): a voz que narra testemunha a ausência daqueles corpos desaparecidos nas mãos dos militares e, de algum modo, os repõe, estabelecendo um vínculo estreito entre a experiência lésbica e o sócio-histórico. No caso de *La lengua del malón* (SACCOMANNO, 2003) o período histórico revisitado e posto em consideração junto aos anos da conquista – e o tópico do índio e a cativa – é o cinquenta e cinco**.

* [N.T.: O Rio Matanza-Riachuelo, chamado Riachuelo em sua foz e Rio Matanza na maior parte de seu percurso, é um curso d’água que nasce na província de Buenos Aires, delimita o sul da cidade autônoma de Buenos Aires e desemboca no Rio da Prata.]

** [N.T.: A autora se refere ao período histórico conhecido como a Revolução Libertadora, ditadura militar

que governou a Argentina após derrubar o presidente Juan Domingo Perón, fechar o Congresso Nacional e depor os membros da Corte Suprema. Começou mediante um golpe de Estado em 16 de setembro de 1955.]

9 Em “Esperma y tinta”, Moreno afirma que: “A literatura argentina é um coito coletivo retórico desde ‘a íntima faca na garganta’ até a viga que Oliveira Cortázar tenta manejar entre suas pernas para ‘enfiá-la’ na janela em frente de onde estão Traveler e Talita seminua [...]. Para David Viñas o valor está no ‘incisivo’ e ‘penetrante’. E todos os intelectuais dos anos sessenta e setenta apontavam o ranqueamento máximo para a palavra ‘profundo’. Seja como for, o poder estará sempre nas mãos [...] de uma rola ficcional [...]. Porque há na prosa argentina uma insistência nada original na metáfora genital, senão uma teoria genital da literatura.” (MORENO, 2013, p. 73-75). E anos antes, no número 5 da revista *Babel* (1989), havia afirmado: “A cultura chamada ‘de vanguarda’, quando o riso da paródia lhe cai mal na cútis, quer ser uma fêmea adorada com esmero. Vestido rosa de Aira, a alça do sutiã de Perlongher, criancices de um Arturito (Carrera) assustado por um campo afrodisíaco. O objeto de desejo (mulher) é fundido com o objeto de desejo (texto) por um homem que fantasia que é a mulher do texto [...] enquanto desacredita o Falo toca o pênis. Enquanto renova seus códigos de saber, seus sistemas de exclusão inclusão, se faz de glossálico, pré-ediépico, epilético pela variedade e violência de suas pulsões. Com uma mão toca as escrituras, com a outra as bolas.” (MORENO, 1989).

10 Embora a libido usualmente seja pensada em termos freudianos, Alphonso Lingis (1985) abre mão dos marcos teóricos que privilegiam a psique e os sistemas de representação para focar no fora do corpo (em sua superfície erotogênica) enquanto *locus* da percepção do erótico e enquanto espaço da inscrição da sensibilidade. Assim, para Lingis, o *corpo orgástico* apareceria como interferindo (interrompendo, desviando) o corpo natural e o desejo não seria senão intensificações corporais.

11 Nesse sentido, a proposta consiste também em escapar da “epistemologia do armário” (Kosofsky Sedwick, 1991), dessa metáfora, espacial e visual, que, inevitavelmente, reinscreve dicotomias sobre o binômio “ser ou não ser”, “saber ou não saber”.

12 Jean Laplanche e J. B. Pontalis (1986), retomando ao Freud da “Interpretação dos sonhos” (1899), notam que toda fantasia de origem (toda ficção de origem) não apenas estrutura a história subjetiva mas se encontra historicamente estruturada, ou seja, tem especificidade histórica. Além disso, esses autores relacionam “fantasias de origem” com “origem da fantasia” e impulsos autoeróticos, momento que descrevem em termos de ficção mítica, como a disjunção entre o apaziguamento da necessidade e o cumprimento do desejo, entre os dois tempos da experiência real e da revivescência alucinatória, entre o objeto que preenche e o signo que inscreve ao mesmo tempo o objeto e sua ausência. Nesta recuperação de Freud, justamente, a ênfase se encontra na “via alucinatória” enquanto máquina desejante, criadora de ficções.

13 Kate Millet, a mesma que afirmou que o amor era o ópio das mulheres, foi a primeira a falar de políticas sociais (1969) (na Argentina, provavelmente inspirados por ela e encabeçados por Perlongher, a UFA (União Feminista Argentina), a FLH (Frente de Libertação Homossexual) e o MLH (Movimento de Libertação Homossexual) criaram, apenas dois anos depois, o Grupo de Políticas Sexuais). Millet, na introdução de seu livro e se adiantando a Foucault, dizia: “[...] o sexo se reveste de um aspecto político frequentemente negado [...]. Para ilustrar isso prestarei atenção aos papéis que o poder e dominação atuam em algumas descrições de atos sexuais que propõe a literatura contemporânea.” (MILLET, 1969/72, p. XI) e, para isso, analisava Lawrence Miller, Mailer e Jean Genet.

14 O Coletivo Combahee River (Boston, 1974-1980), um coletivo de lésbicas feministas negras, escreveu em 1977 uma declaração que afirmava, entre outras coisas: “O feminismo negro contemporâneo é o resultado de incontáveis gerações de sacrifício pessoal, militância e trabalho de nossas mães e irmãs. [...] Mulheres Negras, de outros países do Terceiro Mundo e trabalhadoras se envolveram no movimento feministas desde o começo, mas tanto as forças reacionárias externas como o racismo e o elitismo dentro do próprio movimento serviram para obscurecer a nossa participação.”. Além disso, acrescentavam: “Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras quanto as políticas de classe e raça. Também achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente. Nós sabemos que existe uma coisa que é uma opressão sexual-racial que nem é somente racial nem somente sexual, por exemplo, a história do estupro das mulheres negras por homens brancos como arma de repressão política.”. E insistiam: “[...] rejeitamos a posição do separatismo lésbico, porque não é uma análise política ou estratégia viável para nós. Ela abandona pessoas demais, particularmente homens, mulheres e crianças negras. Nós temos muitas críticas e repugnância ao que os homens foram socializados a ser nessa sociedade [...]. Mas não temos a ideia disparatada de que é a sua masculinidade, *per se* – ou seja, a sua masculinidade biológica – que os torna quem eles são. Como negras, achamos qualquer tipo de determinismo biológico uma base particularmente perigosa e reacionária sobre a qual construir uma política. Devemos também questionar se o separatismo lésbico é uma análise política e estratégia adequada e politicamente progressiva até mesmo para as que o praticam, já que ele nega completamente todas as fontes não sexuais da opressão da mulher, negando os fatos da raça e da classe”.

15 [N. T.: a nota se refere aos distintos usos do par lésbico / lesbiano/a em espanhol] Enquanto o adjetivo *lésbico* tende a ser utilizado como modificador do termo *movimento*, parece que o *lesbiano/a*, talvez por sua significação dupla (enquanto substantivo e adjetivo) está ganhando popularidade nos últimos anos. Embora, em termos estritamente gramaticais, são equivalentes, enquanto que *lésbico* pareceria fazer referência ao lesbianismo em geral e estar carregado semanticamente em termos políticos identitários, *lesbiano/a* pareceria fazer maior referência ao individual e estar carregado de matizes que remitiriam ao gozoso, ao sensível. Por isso prefiro, para me referir às ficções literárias, este segundo termo, e utilizarei *lésbico* para me referir ao movimento e suas ações políticas.]

16 Mas, para além do interesse em genealogizar, outras perguntas tangeram a crítica literária lésbica: o que é uma ficção ou um texto lésbico? Existe uma escritura lésbica? A leitora lésbica tem um olhar/ponto de vista diferencial? Qual deveria ser o objeto de estudo dessa crítica? Existe algo como uma “trama heterossexual”? “Lésbica” é, na literatura, meramente um objeto teórico?

17 Bonnie Zimmerman é autora do já clássico *What has Never Been: An Overview of Lesbian Feminist Criticism* (1981).

18 Toda cronologia implica um recorte. Evidentemente, podem se encontrar análises lésbicas prévias às temporalidades que aqui delineio. A modo de exemplo: *Sex Variant Women in Literature* (Jeannette H. Foster, 1956) e *The Lesbian Literature* (Barbara Grier, 1967).

19 Embora Rich tenha sido a primeira a teorizar por escrito o conceito de “*politics of location*” em seu artigo “Notes Towards a Politics of Location” (1984), supõe-se que o termo era utilizado pelas feministas negras para explicar as diferenças, que atravessavam ao próprio feminismo. Esse conceito vai ser retomado e reformulado por Donna Haraway em termos de “conhecimento situado” (1985), postura epistemológica que questionaria os mitos fundadores da objetividade científica tradicional.

20 Estadunidense de origem mexicana.

21 Mas as genealogias feministas são amplas e às vezes passam despercebidas. Virgínia Woolf, em outro contexto, escreveu: “A estrangeira [outsider] dirá: ‘como mulher não tenho país. Como mulher não quero um país. Como mulher meu país é o mundo inteiro.’” (1938, p. 313). [Ambas as traduções são da autora].

22 “Quando Lévi-Strauss descreve o processo de troca entre as mulheres e como ele funciona, esboçou para nós o contrato social a traços largo, mas, na verdade, um contrato social do qual as mulheres são excluídas, um contrato social entre homens. Porque cada vez que há troca, há entre os homens a confirmação de um contrato de apropriação de todas as mulheres. Para Lévi-Strauss, a sociedade não pode funcionar ou existir sem essa troca. Ao afirmar isso, mostra a heterossexualidade não apenas como uma instituição, senão como o contrato social, como um regime político” (WITTIG, 1976: 69), e continua: “Por fim, direi, que as mulheres somente podem entrar no contrato social (ou seja, um novo) escapando de sua classe [...]” (1976, p. 71). De modo semelhante, mas a partir de outra perspectiva, Gayle Rubin problematizou essas relações em “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo” (1975).

23 A tradução para o espanhol e os itálicos são da autora.

24 Essa “irrepresentabilidade” do lésbico é produto de uma proposta que mantém um sentido ideológico e político muito diferente daquelas provenientes da teoria *queer*, que insistem na incerteza fundamental que implica a categoria “lésbica” enquanto rótulo para uma experiência diversa, difícil de delimitar que, no entanto, ainda tem utilidade política estratégica.

25 Tradução para o espanhol da autora.

26 Tradução para o espanhol da autora.

27 O conceito de “gênero” fez sua entrada significativa na década de 1950 no âmbito da sexologia (Evelyn Hooker; John Money). Mas é na década de 1970 quando começa a ser utilizado para distinguir o sexo biológico das construções sociais sobre o corpo. Contudo, no anos 1990, problematiza-se profundamente essa separação, e “gênero” começa a ser pensado com/como sexo (que também seria socialmente construído) e mesmo como *orientação sexual*. Ou seja, *lésbica* enquanto gênero.

28 “*Queer*” tem, em inglês, uma tradição significativa que aponta para o estranho, o insólito ou desviado. Com o tempo, e sobretudo a partir de meados do século XX, começou a ser usado como conceito guarda-chuva e pejorativo para designar e insultar as *minorias sexuais*. Sobre esse tema pode ser ilustrativo o livro de Annemarie Jagose (1996).

29 Tradução para o espanhol da autora.

30 Embora esteja fazendo referência ao que ocorreu nos Estados Unidos, creio que, em menor medida, também é o que está acontecendo no âmbito acadêmico nacional.

31 Tradução para o espanhol da autora.

32 Sobre esse assunto, ver: de Santo, Magdalena (2013).

33 Em *Cuerpos que importan* Butler argumenta que o sexo – o corpo sexuado – não deveria ser pensado simplesmente como elemento dado mas, ao contrário, em um maior grau de complexidade, como resultado de um *processo de materialização* que teria lugar através da linguagem e a partir de uma matriz heterossexual: “Não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo, dado que o próprio sexo é uma categoria generizada. [...] Consequentemente, o sexo não poderá ser qualificado como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Na realidade, o sexo, por definição, demonstrará ter sido sempre *gênero*.” (BUTLER, 1993, p. 7-8).

Referências

- AMÍCOLA, José. *Camp y posvanguardia*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Spinsters/Aunt Lute, 1987.
- BONNET, Marie-Jo. *Grafias de eros*. Buenos Aires: Edelp, 2000.
- BORGES, Jorge Luis “El escritor argentino y la tradición”. *Discusión*. Buenos Aires: Alianza, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*, 2002.
- BUTLER, Judith. “Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism”, *Feminist theorize the Political* (ButlerScott comps.). Londres/New York: Routledge, 1992.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, [1993] 2002.
- CIXOUS, Helene. *La risa de la medusa*. San Juan: Anthropos, [1975] 1995.
- CIXOUS, Helene. *La llegada a la escritura*. Buenos Aires: Amorrortu, [1977] 2006.
- DELFINO, Silvia. “Género y regulaciones culturales”. *Las marcas del género. Configuraciones de la diferencia en la cultura* (Forastelli Triquell comps). Córdoba: Centro de Estudios Avanzados, 1999.
- DOMÍNGUEZ, Nora. “Modos narrativos”, *Actas del Colloque International Echanges et constructions culturelles dans les mondes ibériques*, Iriec, 2008.
- DOMÍNGUEZ, Nora. *De donde vienen los niños*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007.
- FERNÁNDEZ, Ana María. *La mujer de la ilusión*. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- FISHER, Philip. *The Vehement Passions*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2002.
- FOGWILL, Rodolfo. “La larga risa de todos estos años”. *Cuentos completos*. Buenos Aires: Alfaguara, [1983] 2009.
- FOSTER, David. *Producción cultural e identidades homoeróticas: teoría y aplicaciones*. San José: Universidad de Costa Rica, 2000.
- FOUCAULT Michel. “Las relaciones de poder penetran en los cuerpos”. Entrevista con Lucette Finas, 1977. En: [http:// www.con-versiones.com/nota0485.htm](http://www.con-versiones.com/nota0485.htm) (19/02/2014).
- GIORGI, Gabriel. *Sueños de exterminio. Homosexualidad y representación en la literatura argentina contemporánea*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2004.
- GROSZ, Elizabeth. *Space, Time and Perversion*, Nueva York/Londres, Routledge, 1995.
- HALPERIN, David. *One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love*. New York/ Londres: Routledge, 1990.
- HALPERIN, David. *Saint Foucault Towards a Gay Hagiography*. New York: Oxford University Press, 1995.
- Halperin, David. (1996) “A Response from David Halperin to Dennis Altman”, *Australian Humanities Reviews*, en: www.australianhumanitiesreview.org/emuse/Globalqueering/halperin.html (20/02/2014).
- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres*. Madrid: Catedra, [1985]1995.
- HAVILIO, Iosi. *Opendoor*. Buenos Aires: Entropía, 2006.
- INGENIEROS, José. *Tratado del amor*. Edição digital em: www.mundolibertario.org/archivos/documentos/JoseIngenieros_tratadodelamor.pdf

- IRIGARAY, Luce (1982). *Ese sexo que no es uno*, Madrid, Akal, [1950]2009.
- IRIGARAY, Luce. *El cuerpo a cuerpo con la madre. El otro género de la naturaleza. Otro modo de sentir*. Barcelona: Lasal, 1985.
- JAGOSE, Annemarie. *Lesbian Utopics*. New York/Londres: Routledge, 1994.
- JAGOSE, Annemarie. *Queer Theory: An Introduction*. New York: New York University Press, 1996.
- KAPLAN, Betina. *Género y violencia en la narrativa del Cono Sur (1954-2003)*. Woodbridge: Tâmesis, 2007.
- KOLESNICOV, Patricia. *No es amor*. Buenos Aires: Suma de Letras, 2009.
- KOSOFKY SEDWICK, Eve. *Epistemología del armario*. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, [1991] 1998.
- LAPLANCHE, Jean e Portalis, Jean. *Fantasia originaria, fantasía de los orígenes, orígenes de la fantasía*. Buenos Aires: Gedisa, 1986.
- LAURETIS, Teresa de. *The Practice of Love: Lesbian Sexuality and Perverse Desire*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- LAURETIS, Teresa de. "Habit Changes", *differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, n. 6, 2-3, p. 296-313, 1994a.
- LAURETIS, Teresa de. *Diferencias*. Madrid: Horas y horas, 2000.
- LINGIS, Alphonso. *Libido: The French Existential Theories*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.
- LINK, Daniel. *Clases: Literatura y disidencia*. Buenos Aires: Norma, 2005.
- LINK, Daniel. *Fantasmas: imaginación y sociedad*. Buenos Aires: Eterna cadencia, 2009.
- LOPES LOURO, Guacira. "Teoría queer: una política posidentitaria para la educación". *Cuadernos de Pedagogía*, año IV, n. 9, Rosario, 2001.
- MILLET, Kate. *Sexual Politics*. Granada Publishing, 1969.
- MOLLOY, Sylvia. *En breve cárcel*. Buenos Aires: Simurg, [1981]1998.
- MORENO, María. "María Moreno presenta a Dolly Skeffington", *Cuaderno de existencia lesbiana*, n.11, mar., Buenos Aires, 1991.
- MORENO, María. *El affair Skeffington*. Rosario: Bajo la Luna, 1992.
- RICH, Adrienne. *Blood, Bread and Poetry. Selected Prose, 1979-1985*. New York: Norton and Company, [1980]1986.
- RICH, Adrienne. "Notes Towards a Politic of Location", *Feminist Postcolonial Theory: A Reader* (Lewis, R e Mills, S. eds.). New York: Routledge, [1984]2003.
- ROFFÉ, Reina. *Monte de Venus*. Buenos Aires: Corregidor, 1976.
- ROFFÉ, Reina. *El cielo dividido*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1996.
- SACCOMANNO, Guillermo. *La lengua del malón*. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- SALESSI, Jorge. *Médicos, maleantes y maricas*. Rosario: Beatriz Viterbo, 1995.
- SANTO, Magdalena de. "Modos de construir género: de la performance a la performatividad". *Dos lecturas sobre el pensamiento de Judith Butler*. EDUVIM. Córdoba: Universidad de Villa María, 2013.
- SCOTT, Joan. "Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis?", *La manzana de la discordia*, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2011, p. 95-101, 2008.
- SELLER, Susan Helene. *The Helene Cixous Reader*. New York: Routledge, 1994.
- STIMPSON, Catherine. "Zero Degree Deviance: The Lesbian Novel in English", *Critical Inquiry*, vol. 8, n. 2, 1981.

VILLAREJO, Amy. *Lesbian Rule, Cultural Criticism and the Value of Desire*. New York: Duke University Press, 2003.

VIÑAS, David. *Literatura argentina y realidad política. De Sarmiento a Cortázar*. Buenos Aires: Jorge Álvarez, 1971.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Madrid: Ediciones Península, [1977] 2000.

WITTIG, Monique. *El cuerpo lesbiano*. Valencia: Pretextos, [1973]1977.

WITTIG, Monique. "A propósito del contrato social", *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, [1976] 2006.

WITTIG, Monique. "Paradigm", em Stambolian e Marks (eds.) *Homosexualities and French Literature*. Ithaca: Cornell University Press, p. 114-121, 1979.

WITTIG, Monique. "No se nace mujer". *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, [1980] 2006.

WITTIG, Monique. "Postface", em Barnes, Djuna. *La passion*. Paris: Flammarion, 1982.

WOOLF, Virginia. *Three Guineas*. Londres: Hogarts, 1938.

ZIMMERMAN, Bonnie. "What has Never Been: an Overview of Lesbian Feminist Literary Criticism", em Warhol Price Herndl (eds.) *Feminisms: An Anthology of Literary Theory and Criticism*. New Jersey: Rutgers University Press, [1981]1997.